

A condição infantojuvenil e o papel do conselho tutelar na sociedade contemporânea.

Dr^a Sheylla Maria Mendes (Orientadora)¹

Elayne Cordeiro de Oliveira Soares²

Resumo – Diversas pesquisas vêm revelando o quanto o envolvimento dos jovens com a violência vêm crescendo. Esse envolvimento vem sendo considerado tão grave que alguns autores chegam a revelar que atualmente existe um déficit na população juvenil brasileira. Essa preocupação mostra-se evidente que ela não está restrita as reflexões efetivadas pelos pesquisadores, principalmente pela própria mídia quotidianamente enfatizar essa problemática. No intuito de minimizar o sofrimento e precariedade de muitas crianças e jovens brasileiros ao longo dos últimos anos diversas medidas vêm sendo criadas. A título de exemplo destacamos o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), que possui como principal objetivo proteger integralmente a Criança e o Adolescente. De acordo com as pesquisas efetivadas constatamos que o conselho tutelar exerce um papel de fundamental importância, sobretudo por atuar possibilitando a esse grupo etário o cumprimento dos seus direitos fundamentais. Destacamos ainda que este órgão atua em conjunto com Programas de Assistência Social e possui vinculação administrativa com o Município, sendo passível de fiscalizações por outras entidades civis. Todavia, muitos deles não dispõem de condições satisfatórias para cumprir o papel que se propõe exercer.

Palavras-chave: infância; violência; direitos.

Abstract - Several studies showing how young people's involvement with violence have grown. This involvement has been considered so serious that some authors have revealed that currently there is a deficit in young Brazilians. This concern was evident that she is not restricted to the reflection effect by the investigators, especially by the media daily to emphasize this problem. In order to minimize the suffering and insecurity of many children and young people in Brazil over the past years several measures have been created. By way of example we highlight the ECA (Statute of Children and Adolescents), which has as main objective to fully protect Children and Adolescents. According to research found that the effect tutoring assistance plays a role of paramount importance, especially for acting in this age group enabling the fulfillment of their fundamental rights. We also point out that this agency works with Social Assistance Programs and has administrative link with the municipality being subject to inspections by other civilians. However, many of them do not have satisfactory conditions to fulfill the role it intends to exercise.

Key words: children, violence, rights

¹ Dr^a em Sociologia, professora da Universidade Federal de Campi na Grande e Faculdades Integradas de Patos

² Aluna do Curso de Bacharelado em Direito das Faculdades Integradas de Patos

INTRODUÇÃO

O envolvimento dos jovens com a violência vem sendo objeto de discussão de diversos autores. Dessa forma é possível verificar nas contribuições teóricas efetivadas por alguns pesquisadores como Soares(1989), e Adorno(1999) o quanto esse fenômeno vem crescendo a cada dia.

Além das discussões teóricas e dos debates muitas vezes efetivados no campo midiático diversas medidas vem sendo tomadas no contexto brasileiro para minimizar essa problemática. Assim no dia 13 de julho de 1990 através da lei 8.069 o ECA(Estatuto da Criança e do adolescente) foi institucionalizado. Com a criação do ECA os conselhos tutelares da infância e juventude assumiram uma importante função na medida que passam a zelar pelo cumprimento dos direitos da infância e juventude, inclusive daquelas consideradas vítimas da violência.

O objetivo desse artigo é o de discutir condição infanto juvenil na sociedade contemporânea destacando sobretudo a importância da atuação dos Conselhos Tutelares para a proteção dos direitos desses sujeitos.

A CONDIÇÃO INFANTO JUVENIL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Diversos pesquisadores que vêm se pronunciando sobre a contemporaneidade enfatizam o quanto as transformações sociais econômicas e culturais afetam diretamente a vida das crianças e adolescentes.

Ao analisar as transformações sociais e culturais que emergiram ao longo do século XX, o historiador Erick Hobsbawn(1995) faz referência a diversos fenômenos ocorridos nesse contexto, inclusive a velocidade das mudanças ocorridas na sociedade e que afetaram diretamente os hábitos familiares. A título de exemplo, cita o crescimento nos números dos divórcios, a redução do número de filhos nas famílias, a maior aceitabilidade da bissexualidade, o crescimento do número de famílias chefiadas por mulheres, o crescimento do número de mães solteiras; demonstrando, sobretudo, o quanto essas transformações abalaram as estruturas de relações entre os sexos e as gerações.

Entretanto, Hobsbawn(1995) enfatiza que essas mudanças foram ainda mais impressionantes no campo da cultura jovem, onde a juventude, a partir de algumas transformações, passou a comportar-se demonstrando uma grande rejeição em relação

aos valores e às regras estabelecidas pelas gerações passadas, ocasionando com isso uma profunda mudança na relação entre as gerações.

Dessa forma, os comportamentos até então considerados inaceitáveis ou desviantes, como o uso das drogas e a liberação sexual, a título de exemplos, sem dúvida aumentaram a sua visibilidade e passaram a ser mais aceitos socialmente. Além disso, destaca-se, naquele contexto, o quanto alguns jovens provenientes das classes, média e alta começaram a aceitar as músicas, as roupas e até a linguagem característica das classes baixas urbanas; e o quanto as músicas direcionadas aos negros passaram também a ser aceitas pelos jovens de cor branca.

Diante desse novo cenário, os jovens foram adquirindo, cada vez mais, maior autonomia, especialmente nas grandes metrópoles industriais, onde passaram a ser reconhecidos enquanto grupo portador de um querer próprio e respeitados nos mais distintos aspectos da vida pessoal (escolha profissional, vestuário, consumo, lazer e atividade sexual).

A partir dessas e de outras mudanças, Hobsbawn (1995) ressalta que, com a dissolução dos valores sociais tradicionais, a sociedade se fragmentou; e a atuação dos jovens resultou num incremento do individualismo a ponto de considerar a revolução cultural de fins do século XX como o triunfo do indivíduo sobre a sociedade, sobretudo por ela ter ocasionado um rompimento dos fios que antes ligavam os seres humanos em texturas sociais.

Dessa forma, as transformações sociais e culturais que emergiram com o desenvolvimento da modernidade foram capazes de impulsionar o surgimento, a aceitação e a visibilidade dos novos hábitos e comportamentos característicos dos grupos juvenis que emergiram nesse contexto.

O grau de autonomia conquistado pela juventude, assim como a velocidade em relação à sua mudança de hábitos, de valores e de comportamento, também vem sendo analisado por outros teóricos que se pronunciam a respeito da condição juvenil na sociedade contemporânea.

Alba Zaluar, apud Carmo (2001), por exemplo, ao analisar a situação vivenciada pelos jovens, demonstra que eles, a partir da observação da vida dos pais, das gerações passadas ou das suas próprias experiências, vêm criando uma imagem

depreciativa em relação à condição do trabalho que executam na sociedade. Por considerá-lo uma situação de semi-escravidão, esses jovens tentam escapar da marca de “otário” (alguém a quem falta esperteza, alguém que se submete ao trabalho por salário baixo e alguém que não se veste nem consome como os ricos). Por isso, rejeitam o modo de vida dos pais e dos avós e ficam tentados com a idéia de levar uma vida que, mesmo breve, seja intensa e com muitas gratificações. É também por conta dessa atuação e dos valores difundidos na sociedade atual que vivem atribuindo muita importância às roupas, aos bailes e às brigas entre as “galeras”.

É por terem passado a ser percebidos como fonte de diversos conflitos que a juventude se consolidou na modernidade como grupo etário objeto de estudo, analisado não somente no Brasil, mas em diversos países do mundo. Especificamente no Brasil, além do debate público, diversos estudos vêm sendo realizados por pesquisadores. E entre os temas mais presentes nessas discussões, está o envolvimento da juventude com a problemática da violência, seja enquanto vítima, seja enquanto praticante.

Entre os diversos enfoques efetivados sobre esse fenômeno, alguns, como os realizados por Adorno (1999), preocupam-se em estudar o efetivo número de registros de ocorrências criminais provocadas ou sofridas pelos jovens. No geral, esse estudo objetiva responder as seguintes questões: As ocorrências criminais que têm os jovens como vítimas ou autores vêm crescendo? Qual o perfil desses jovens em relação a cor, sexo, idade, escolaridade e ocupação?

Por outro lado, os estudos realizados por Spagnol (2005) buscam compreender e levantar algumas questões relativas ao comportamento dos jovens, esclarecendo a sua participação na prática de homicídios – ao envolvimento dos jovens pertencentes às classes média e alta nesses casos – assim como o seu envolvimento com as chamadas gangues³

³ Segundo Spagnol (2005), no Brasil, o termo *gangue* é utilizado de forma aleatória, principalmente pela mídia, que costuma utilizar esse termo para definir qualquer grupo de jovens que pratique diferentes atos infracionais, bastando que no momento da detenção estejam presentes mais de três jovens, mesmo que apenas suspeitos de um determinado ato infracional.

Além do termo *gangue*, percebe outros termos que são utilizados nas abordagens de delinquência juvenil. Refere-se aos termos *bando* e *quadilha*. O termo *bando* é geralmente empregado para designar um grupo de delinquentes organizado para um objetivo comum e imediato, seguido do desmantelamento do grupo. Já *quadilha* refere-se a grupos formados por pelo menos quatro elementos que realizam ações semelhantes às do bando, mas não há necessariamente o desmantelamento do grupo. “As quadilhas são compostas por um número relativamente pequeno de pessoas em geral jovens que se organizam com a

Outros estudos, como os realizados por Soares (2005) vêm analisando o fenômeno da violência praticada pelos jovens, identificando os fatores que impulsiona a juventude a se envolver nesses casos e apontando que a formulação de programas e planos de ação direcionados aos jovens pode ser a melhor solução para ajudá-los no seu processo de recuperação e reinserção social.

É também no intuito de analisar a situação vivenciada pelos jovens na contemporaneidade brasileira que Oliveira (2001), por exemplo, busca analisar os dados referentes à demografia brasileira na virada do século. Demonstra ela que os números referentes àquele contexto apontavam um crescimento considerável nos índices da população considerada jovem. A partir desses dados, mostra que entramos nesse novo século com a maior população juvenil da história demográfica brasileira, com os jovens representando aproximadamente 20% de toda a população.

O crescimento excepcional do número de jovens de 15 a 24 anos, nesse período, mostrou-se significativo nas análises sobre a juventude, sobretudo por esse fenômeno ter colocado os jovens à frente de uma série de fenômenos novos, como: escolarização precoce; inserção precoce no mercado de trabalho; constituição precoce de famílias; fatores que inclusive propiciaram novos desafios, principalmente para as políticas sociais e para o aumento de tantos outros problemas como a criminalidade e o consumo de drogas.

Considera interessante ressaltar que a maioria desses jovens são pessoas que possuem baixa renda, provenientes das famílias consideradas miseráveis, despossuídas ou pobres. Esse fator pode ser explicado, principalmente, pelo fato de a taxa de fecundidade, nesses segmentos, ser bem superior à das famílias consideradas economicamente mais privilegiadas. Observa também que no mínimo um terço deste total de jovens está concentrado em áreas mais carentes de equipamentos – como é o caso de algumas cidades nordestinas ou de municípios pequenos localizados em outras regiões do país, que sofrem com as poucas alternativas de desenvolvimento econômico, que ficam de fora dos programas nacionais da área social ou que são alvo apenas de medidas paliativas. É diante dessa realidade que descreve o drama vivenciado pela maioria da juventude brasileira da seguinte forma:

finalidade de desenvolver atividades ilegais para o enriquecimento rápido de seus membros” (ZALUAR, 1997, p.44 apud Spagnol, 2005, p. 281)

É assim que os jovens de periferia enfrentam um árido cotidiano: minúsculas residências habitadas em média por cinco pessoas, casas grudadas umas nas outras, água e luz muitas vezes obtida com ligação clandestina, lixo a céu aberto, ruas estreitas e tortas, sem calçamento, precário atendimento de saúde, inexistência de praças e área verde, falta de policiamento, insuficiente sistema de transporte, míngua comércio. Nesse ambiente o que existe mesmo de fartura são botequins, templos religiosos, desempregados, barro, mosquito e uma teimosa vontade de viver (OLIVEIRA, 2001, p. 54)

Um outro tipo de dificuldade enfrentada pela maioria dos jovens brasileiros que vivem nesse contexto está na sua formação escolar, que ainda é realizada de forma precária. Certa parcela de jovens provenientes principalmente dos bairros periféricos do Brasil vem enfrentando obstáculos, tais como: a fome; a falta de recursos financeiros para a aquisição de material escolar; a falta de local apropriado para estudar em casa; a dificuldade de conciliar o tempo de trabalho ou de cuidar da casa e dos irmãos com os estudos, etc.

Por outro lado, a precariedade presente no sistema educacional brasileiro também pode ser apontada enquanto um dos fatores que vem levando os jovens de origem popular a se sentirem pouco mobilizados em relação à escola – um lugar de onde se evade muito cedo e que, na maioria das vezes, serve apenas para preencher o tempo ou cumprir os ritos sociais presentes nessa faixa etária.

Outros fatores ainda são encontrados na realidade educacional e que acabam provocando falta de estímulo nos jovens durante o processo educacional: Trata-se da desmotivação dos professores, que, na maioria das vezes, possuem salários achatados e não contam com investimentos suficientes na infra-estrutura escolar, que lhes possibilitem executar o seu trabalho em sala de aula. Como pode ser observado na citação abaixo:

O Brasil apresenta uma precária situação de escolaridade e de mercado de trabalho para os jovens. Com isto temos as pré-condições para uma exclusão estendida, uma vez que sem escolarização e sem emprego diminuem ainda mais as chances do jovem de periferia transcender as barreiras da segregação social.(OLIVEIRA, 2001,p. 51)

É o fato de a maioria dos jovens brasileiros, principalmente os de origem popular, viver sob esse contexto e enfrentar esses tipos de dificuldades, que o comportamento da juventude moderna vem sendo objeto de reflexões contínuas; tanto no debate público quanto no nível acadêmico e na mídia, um dos temas mais presentes

enfocados nesse debate é o envolvimento dos jovens com a problemática social da violência, quer enquanto vítimas, quer como seus praticantes.

De fato, as ocorrências de violência constituem-se, na atualidade, uma das principais preocupações entre os mais urgentes problemas sociais enfrentados pela população brasileira, sobretudo por muitas pessoas terem sofrido algum tipo de ofensa criminal, especialmente assaltos e roubos. Nesses acontecimentos, com bastante frequência, não são raros os casos onde os jovens são apontados enquanto os praticantes. A própria literatura, tanto nacional como internacional, também vem evidenciando esse fenômeno, demonstrando dados em relação ao envolvimento dos jovens no mundo do crime. Mas esses mesmos estudos também não deixam de apontar o quanto vem crescendo o número de vítimas desse grupo etário.

Sergio Adorno (1999), ao analisar o envolvimento dos jovens praticantes de violência no período de 1988 a 1991, no município de São Paulo, indica que eles não são nem mais nem menos violentos que os demais grupos etários da população. Em outras palavras, o envolvimento dos jovens com os fenômenos genericamente identificados como violentos, obedecia naquele momento ao mesmo padrão observado na população em geral.

Entretanto, diante das recentes mudanças ocorridas nos hábitos dos jovens, principalmente no que se refere ao consumo e ao tráfico de drogas, chega a ressaltar que esses dados vêm se alterando de forma significativa; e o resultado está na realidade que vivenciamos hoje; onde o crescimento acentuado das ocorrências de violência praticada pelos jovens se torna um fenômeno indiscutível.

É a partir dessa perspectiva de análise que o envolvimento da juventude com as manifestações de violência é vista por Adorno (2000) de forma diferenciada em relação aos estudos anteriormente realizados, por considerar, atualmente, esse problema como uma das questões mais trágicas do nosso cotidiano – principalmente por os atuais índices de criminalidade revelarem que uma parte considerável dos envolvidos nesses casos são os jovens, como vítimas ou como autores da violência.

Ao realizar uma comparação entre as estatísticas das participações dos jovens como agressores, e deles enquanto vítimas, Adorno (2000) ressalta que os jovens estão cometendo roubos, estupros, homicídios, mas numa proporção muito menor do que a da

população em geral. Por outro lado, ressalta que a situação dos jovens enquanto vítimas é bastante grave, pois representam potencialmente as principais vítimas. Aliás, é o que demonstra na citação abaixo:

Quando comparo as atitudes do jovem como agressor e o jovem como vítima sou levado pelas estatísticas a verificar que ambos os problemas são graves; todavia o jovem que é vítima revela uma situação muito mais grave do que aquele que está cometendo um ato infracional (ADORNO, 2000, p.108)

É diante desse novo cenário que Soares (2005) apresenta dados que evidenciam uma realidade contrária àquela evidenciada por Oliveira (2001). Por isso, contrariamente à percepção de vivermos, no momento da virada do século, numa “onda jovem” caracterizada sobretudo pelo crescimento desse grupo etário, o que Soares (2005) demonstra a partir de dados mais recentes é que o problema do envolvimento dos jovens, incluindo principalmente os pobres, negros e do sexo masculino com a problemática social da violência, já é considerado tão grave que atualmente pode ser constatada a existência de um déficit desses jovens na estrutura demográfica brasileira. Esse déficit é semelhante ao existente nas sociedades que estão em guerra:

Portanto apesar de não estarmos em guerra experimentamos as conseqüências típicas de uma guerra. Nesse caso uma guerra fratricida e autofágica na qual meninos sem perspectiva e esperança, recrutados pelo tráfico de armas e drogas e por outras dinâmicas criminais matam seus irmãos condenando -se também eles a uma provável morte violenta e precoce, no círculo vicioso da tragédia. (SOARES, 2005, p.130-131)

Essa realidade também é enfatizada nos estudos realizados por Spagnol (2005), que, ao analisar o envolvimento dos jovens com a criminalidade, ressalta que a principal causa da mortalidade entre os jovens de 15 a 18 anos é o homicídio. Além disso, demonstra que, segundo a Polícia militar do Estado de São Paulo, o número de jovens que morrem assassinados no Brasil é quase sete vezes maior do que o número de vítimas de homicídios na população geral.

Diante desse contexto algumas medidas vem sendo implementadas no contexto brasileiro. O Conselho Tutelar, instituição criada pelo Estatuto da criança e do adolescente no ano de 1992 refere-se a uma delas. Sua principal atribuição é a de (. .) zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente" (ESTATUTO..., 1990, - art. 131).

De acordo com Ribeiro(1998) os direitos fundamentais da criança e do adolescente a serem protegidos pelo conselho tutelar estão os seguintes: direito à vida e

à saúde (art. 7 ao 14), à liberdade, ao respeito e à dignidade (art. 15 ao 17), à convivência familiar e comunitária (art 19 ao 52), à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer (art. 53 ao 59) e direito à profissionalização e à proteção no trabalho (art. 60 ao 69) (ESTATUTO..., 1990)

Além de Ribeiro diversos pesquisadores vem efetivando análises em torno do estatuto da criança e do Adolescente. No geral essas análises demonstram a importância de uma revisão em torno do estatuto principalmente quando a preocupação está voltada para a questão da redução da maioridade penal e o funcionamento dos conselhos tutelares.

Esses estudos revelam que com o surgimento do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), constituíram-se também os Conselhos Tutelares da Infância e Juventude, previsto no artigo 131 da referida lei, adquirindo uma função primordial na medida em que apresentam enquanto principal atribuição a de zelar pelo cumprimento dos direitos da infância e juventude. Nesse contexto este órgão passa a ser visto como um instrumento fundamental da exigibilidade dos direitos da criança e do adolescente, tratando-se de uma arma, para luta, e de uma ferramenta, para o trabalho, em favor da população infanto-juvenil.

De acordo com as considerações efetivadas pelos pesquisadores que vem se pronunciando sobre os Conselhos Tutelares, nem todos os municípios brasileiros possuem esse órgão implantado e ele deve ser implantado sob responsabilidade municipal, compondo-se de cinco membros escolhidos pela comunidade, cuja candidatura deve atender aos requisitos determinados pela lei federal; uma vez implantado não pode ser extinto, apenas ocorre uma renovação dos seus membros.

Diferentemente do que é imaginado por algumas pessoas o conselho tutelar da criança e do adolescente não é executor de programas de atendimento, mas responsável por zelar pelos direitos de seres considerados incapazes. Desse modo, uma das funções desse órgão é o de requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, assistência social, educação, providenciar medidas de proteção ao adolescente autor de ato infracional, entre outras atribuições encontradas no artigo 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente, observando também o disposto no artigo 135 do mesmo. Faz-se necessário acrescentar que as atribuições legais que o Conselho Tutelar exerce e que foram

conferidas pelo ECA independentemente de autorizações de outros órgãos, como se verifica nos artigos 95, 101 e 194 da referida lei.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das considerações efetivadas pelos pesquisadores que vem analisando a condição infanto juvenil na contemporaneidade em especial a situação vivenciada pelas crianças e adolescentes que vivem sob condição de risco, é possível verificar o quanto a sociedade como um todo pode exercer um importante papel principalmente por poder contribuir defendendo os direitos desses sujeitos que muitas vezes sofrem privações desde os primeiros anos de vida.

Nesse sentido evidenciamos que atuar fazendo cumprir os direitos das crianças e adolescentes não é uma tarefa exclusiva dos conselhos tutelares, sobretudo por o sistema de garantia de direitos ser um todo, onde o conselhos tutelares da infância e da juventude representa somente uma parte.

Portanto acreditamos que para esse órgão desenvolver um trabalho eficiente, possibilitando a efetividade dos direitos das crianças e dos adolescentes necessita atuar em harmonia com os demais órgãos que possuem objetivos semelhantes, tais como alguns programas sociais como o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), entre outros. Esse é um dos desafios que a sociedade contemporânea vem sendo convocada a enfrentar, dentro desse contexto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H.W. **Cenas juvenis: Punks, darks no espetáculo urbano**. S.P., Editora Página Aberta, 1994.

_____ e LEÓN, Oscar Dávila. **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005

ADORNO, Sergio. **Ética e violência. Adolescentes, crime e violência**. IN: ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, Maria Virgínia; SPOSITO, Marília Pontes.

Juventude em debate. São Paulo: Cortez, 2000

_____. **O adolescente na criminalidade urbana em São Paulo.** Brasília. Ministério da justiça, Secretaria de estado dos direitos humanos, 1999

ALVIN Rosilene & PAIM, Eugênia. **Os jovens suburbanos e a mídia: conceitos e preconceitos.** IN. ALVIM, Rosilene & GOUVEIA, Patrícia. Juventude anos 90 . Rio de Janeiro, Contra capa Livraria, 2000

BRAGAGLIA , Monica. Auto-organização: um Caminho Promissor para o Conselho Tutelar. Porto Alegre. Anablume, 2005

GROPPO, Luís Antônio. **Juventude: Ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas.** Rio de Janeiro: Difel, 2000

HOBSBAWN, Erick. **A era dos extremos.O breve século XX. (1914 -1991).**São Paulo: Companhia das Letras. 1995

OLIVEIRA, Carmen Silveira. **Sobrevivendo no inferno.** Porto Alegre: Sulina, 2001

QUEIRÓZ, Maria Isaura PEREIRA DE. Relatos Oraís: Do “ Indizível” ao “Dizível”. IN Von Simson, O M . **Experimentos com histórias de vida** , São paulo, Vertice, 1988.

SOARES, Luiz Eduardo. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. IN: **Tempo Social. Revista de Sociologia da USP.** Departamento de Sociologia da USP. Departamento de Sociologia, Faculdade de filosofia de São Paulo. V 17 n° 2 (Nove mbro de 2005)- São Paulo, SP: USP, FFLCH, 1989

SPAGNOL, Antonio Sérgio. Jovens delinquentes paulistanos. IN: **Tempo Social. Revista de Sociologia da USP.** Departamento de Sociologia da USP. Departamento de Sociologia, Faculdade de filosofia de São Paulo. V 17 n° 2 (Novembro de 2005)- São Paulo, SP: USP, FFLCH, 1989

RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. **Conselho Tutelar e negociação de conflitos.** Ensaios FEE, Porto Alegre, v.19, n.2, p.286-305, 1998